

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Popular (6.0.)

Class.: 54

Data: 8 de julho de 1982

Pg.: _____

**Funai garante que
indios não sairão**

190
Nenhum dos 4.360 índios que habitam 42 aldeias nos Estados de Goiás, Pará e Maranhão será removido de suas terras em virtude do Projeto Carajás. Foi o que garantiu o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, após assinar convênio com a Companhia Vale do Rio Doce, no valor de 13,6 milhões de dólares — recursos obtidos junto ao Banco Mundial — para serem aplicados em projetos de desenvolvimento agrícola durante dois anos.

O ministro do Interior, Mário Andreazza presente à assinatura do convênio, ao lado do ministro das Minas e Energia, César Cals, disse que essa medida é uma prova de que "o governo procura cada vez mais conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ecológica e a integridade das populações indígenas". Já o secretário-executivo do Conselho do Grande Carajás, Nestor Jost, espera que os índios, findo o prazo do convênio, atinjam grau de aculturação "ao ponto de serem assimilados como trabalhadores no projeto".

Amazônia

Depois de o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Eliezer

Batista da Silva, ter elogiado os méritos do convênio, porque "preservará a natureza e os homens que nela habitam", o ministro César Cals afirmou que "agora é a vez da Amazônia", assegurando que a prioridade de sua pasta, até o final do governo Figueiredo, será a de explorar as riquezas minerais e o potencial hidrelétrico da região.

O ministro Mário Andreazza assinalou, no final da solenidade, que este convênio está "em perfeita consonância com as diretrizes do governo João Figueiredo, alicerçadas no respeito à Constituição e no restrito cumprimento das leis, com o propósito de dar proteção ao índio, ainda sob a condição de tutelado da União".

Estas 42 aldeias estão divididas entre os grupos Xicrin do Cateté, Gavião (Parkateyé e Pukobye), Suruí e Parakaná, do Pará; Apanayé, de Goiás; e Guajara, Urubu-Kaapor, Guajá, Krikati, e Gavião, do Maranhão. Serão atingidas por causa da construção da ferrovia de 900 quilômetros, ligando a serra do Norte ao porto de Itaqui, no Maranhão, — que é necessária à implantação do Projeto Grande Carajás.